

Tayronne de Almeida Rodrigues
João Leandro Neto
Dennyura Oliveira Galvão
(Organizadores)



**MEIO AMBIENTE,
SUSTENTABILIDADE
E AGROECOLOGIA 5**

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Tayronne de Almeida Rodrigues
João Leandro Neto
Dennyura Oliveira Galvão
(Organizadores)

Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia 5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M514 Meio ambiente, sustentabilidade e agroecologia 5 [recurso eletrônico]
/ Organizadores Tayronne de Almeida Rodrigues, João Leandro Neto, Dennyura Oliveira Galvão. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-331-6

DOI 10.22533/at.ed.316191604

1. Agroecologia – Pesquisa – Brasil. 2. Meio ambiente – Pesquisa – Brasil. 3. Sustentabilidade. I. Rodrigues, Tayronne de Almeida. II. Leandro Neto, João. III. Galvão, Dennyura Oliveira. IV. Série.

CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

APRESENTAÇÃO

A obra Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia vem tratar de um conjunto de atitudes, de ideias que são viáveis para a sociedade, em busca da preservação dos recursos naturais.

Em sua origem a espécie humana era nômade, e vivia integrada a natureza, sobreviviam da caça e da colheita. Ao perceber o esgotamento de recursos na região onde habitavam, migravam para outra área, permitindo que houvesse uma reposição natural do que foi destruído. Com a chegada da agricultura o ser humano desenvolveu métodos de irrigação, além da domesticação de animais e também descobriu que a natureza oferecia elementos extraídos e trabalhados que podiam ser transformados em diversos utensílios. As pequenas tribos cresceram, formando cidades, reinos e até mesmo impérios e a intervenção do homem embora pareça benéfica, passou a alterar cada vez mais negativamente o meio ambiente.

No século com XIX as máquinas a vapor movidas a carvão mineral, a Revolução Industrial mudaria para sempre a sociedade humana. A produção em grande volume dos itens de consumo começou a gerar demandas e com isso a extração de recursos naturais foi intensificada. Até a agricultura que antes era destinada a subsistência passou a ter larga escala, com cultivos para a venda em diversos mercados do mundo. Atualmente esse modelo de consumo, produção, extração desenfreada ameaça não apenas a natureza, mas sua própria existência. Percebe-se o esgotamento de recursos essenciais para as diversas atividades humanas e a extinção de animais que antes eram abundantes no planeta. Por estes motivos é necessário que o ser humano adote uma postura mais sustentável.

A ONU desenvolveu o conceito de sustentabilidade como desenvolvimento que responde as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer seus próprios anseios. A sustentabilidade possui quatro vertentes principais: ambiental, econômica, social e cultural, que trata do uso consciente dos recursos naturais, bem como planejamento para sua reposição, bem como no reaproveitamento de matérias primas, no desenvolvimento de métodos mais baratos, na integração de todos os indivíduos na sociedade, proporcionando as condições necessárias para que exerçam sua cidadania e a integração do desenvolvimento tecnológico social, perpetuando dessa maneira as heranças culturais de cada povo. Para que isso ocorra as entidades e governos precisam estar juntos, seja utilizando transportes alternativos, reciclando, incentivando a permacultura, o consumo de alimentos orgânicos ou fomentando o uso de energias renováveis.

No âmbito da Agroecologia apresentam-se conceitos e metodologias para estudar os agroecossistemas, cujo objetivo é permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maior sustentabilidade, como bem tratam os autores desta obra. A agroecologia está preocupada com o equilíbrio da natureza e a produção de alimentos sustentáveis, como também é um organismo vivo com sistemas integrados

entre si: solo, árvores, plantas cultivadas e animais.

Ao publicar esta obra a Atena Editora, mostra seu ato de responsabilidade com o planeta quando incentiva estudos nessa área, com a finalidade das sociedades sustentáveis adotarem a preocupação com o futuro.

Tenham uma excelente leitura!

Tayronne de Almeida Rodrigues

João Leandro Neto

Dennyura Oliveira Galvão

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGRICULTURA AGRÍCOLA AGRÍCOLA: BASE DA SOBERANIA ALIMENTAR E ENERGÉTICA	
Daniel Campos Ruiz Diaz	
DOI 10.22533/at.ed.3161916041	
CAPÍTULO 2	8
A HERANÇA PRESERVACIONISTA PRESENTE NAS LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL	
Tarlile Barbosa Lima	
Alexandre José Firme Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.3161916042	
CAPÍTULO 3	15
A AGRICULTURA FAMILIAR COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL POR MEIO DO CULTIVO E COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS NÃO CONVENCIONAIS EM MINAS GERAIS	
Michael Furtini Abras	
Leandro Pena Catão	
DOI 10.22533/at.ed.3161916043	
CAPÍTULO 4	27
A CADEIA PRODUTIVA DE CANA-DE-AÇÚCAR E SEUS DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA ABORDAGEM POR MEIO DE VETOR AUTORREGRESSIVO – VAR	
Marco Túlio Dinali Viglioni	
Mírian Rosa	
Uellington Correa	
Francisval De Melo Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.3161916044	
CAPÍTULO 5	48
A CONSTITUIÇÃO E ATUAÇÃO DA REDE TERRITORIAL DE AGROECOLOGIA DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO BAIANO E PERNAMBUCANO	
Helder Ribeiro Freitas	
Cristiane Moraes Marinho	
Paola Cortez Bianchini	
Moisés Felix de Carvalho Neto	
Denes Dantas Vieira	
Elson de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3161916045	

CAPÍTULO 6 58

ASPECTOS CONTRADITÓRIOS E INCONSISTENTES DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL – DISCUSSÕES E EXPERIÊNCIAS

Gabriel de Pinna Mendez
Ricardo Abranches Felix Cardoso Junior
Kathy Byron Alves dos Santos
Viktor Labuto Ramos
Maria Cristina José Soares
Sinai de Fátima Gonçalves da Silva
Teresinha Costa Effren

DOI 10.22533/at.ed.3161916046

CAPÍTULO 7 72

ARMAZENAMENTO DE SEMENTES E EXTRAÇÃO ARTESANAL DO ÓLEO DE ANDIROBA

Ana Paula Ribeiro Medeiros
Osmar Alves Lameira
Raphael Lobato Prado Neves
Fábio Miranda Leão
Mariana Gomes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.3161916047

CAPÍTULO 8 78

AROMA E COR COMO PARÂMETROS SENSORIAIS DO MEL DE *Apis mellifera* DO OESTE DO PARANÁ

Seliane Roberta Chiamolera
Edirlene Andréa Arnhold
Sandra Mara Ströher
Lucas Luan Tonelli
Luiz Eduardo Avelar Pucci
Regina Conceição Garcia

DOI 10.22533/at.ed.3161916048

CAPÍTULO 9 85

BIODIVERSIDAD Y ETNOPAISAJE EN UNA COMUNIDAD INDÍGENA QOM DE LA PROVINCIA DE FORMOSA, NE ARGENTINA

Libertad Mascarini
Eduardo Musacchio
Gabriela Benito
Gustavo Díaz
Andrea Seoane

DOI 10.22533/at.ed.3161916049

CAPÍTULO 10 96

AVALIAÇÃO DO EFEITO ALELOPÁTICO DE EXTRATO AQUOSO DE TIRIRICA SOBRE A GERMINAÇÃO DE SEMENTES DE CENOURA

Arlete da Silva Bandeira
Maria Caroline Aguiar Amaral
John Silva Porto
Joseani Santos Ávila
Edenilson Batista Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.31619160410

CAPÍTULO 11 102

BEES IN THE POLLINATION OF COFFEE, *COFFEA ARABICA* VARIETY CASTILLO;
IN PASUNCHA – CUNDINAMARCA - COLOMBIA

Daniel Augusto Acosta Leal
Cristian Andrés Rodríguez Ferro
Camilo José González Martínez
William Javier Cuervo Bejarano
Giovanni Andrés Vargas Bautista

DOI 10.22533/at.ed.31619160411

CAPÍTULO 12 110

AValiação do Mercado Consumidor de Produtos da Meliponicultura
no Município de Tefé

Rosinele da Silva Cavalcante
Paula de Carvalho Machado Araujo
Jacson Rodrigues da Silva

DOI 10.22533/at.ed.31619160412

CAPÍTULO 13 122

Caracterização da Cor do Mel de *Apis mellifera* como Parâmetro
Distintivo da Produção Oeste Paranaense

Bruna Larissa Mette Cerny
Douglas Galhardo
Renato de Jesus Ribeiro
Edirlene Andréa Arnhold
Paulo Henrique Amaral Araújo de Souza
Regina Conceição Garcia

DOI 10.22533/at.ed.31619160413

CAPÍTULO 14 130

Composição de Ninhos de Formiga Quenquen-de-Árvore em
Fragmentos de Bosques

Jael Simões Santos Rando
Simone dos Santos Matsuyama
Larissa Máira Fernandes Pujoni

DOI 10.22533/at.ed.31619160414

CAPÍTULO 15 136

Uso e Manejo do Bacuri (*Platonia insignis* MART.) por Comunidades
Extrativistas no Cerrado Maranhense

Vivian do Carmo Loch
Danielle Celentano
Ariadne Enes Rocha
Francisca Helena Muniz

DOI 10.22533/at.ed.31619160415

CAPÍTULO 16 151

Vivência e Práticas Agroecológicas: Um Relato de Experiência em
Assistência Técnica e Extensão Rural em Municípios do Recôncavo
Baiano

Elizete Santana Cavalcanti
Ângela Santos de Jesus Cavalcante dos Anjos

Janildes de Jesus da Silva
Audrey Ferreira Barbosa
Matheus Pires Quintela

DOI 10.22533/at.ed.31619160416

CAPÍTULO 17 157

AGRICULTURA AGROECOLÓGICA E BANCOS DE SEMENTES COMUNITÁRIOS NA ÍNDIA

Ana Carla Albuquerque de Oliveira
Cleonice Alexandre Le Bourlegat

DOI 10.22533/at.ed.31619160417

CAPÍTULO 18 163

AÇÃO DO FUNGO ENTOMOPATOGÊNICO *Beauveria bassiana* CONTRA O CUPIM ARBÓREO *Nasutitermes sp.*

Tatiana Reis dos Santos Bastos
Bruna Luiza Bedone Italiano
Raoni Andrade Pires
Catia dos Santos Libarino
Joyce Luz Domingues
Armínio Santos

DOI 10.22533/at.ed.31619160418

CAPÍTULO 19 168

USO DE DEFENSIVO ALTERNATIVO COMO ESTRATÉGIA PARA MINIMIZAR DANOS PROVOCADOS POR VAQUINHAS (*Diabrotica spp.*)

Sergio Aparecido Seixas da Silva
Gusthavo Francino Mariano
Suellen Fernanda Mangueira Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.31619160419

CAPÍTULO 20 172

MYRTACEAE EM UMA FLORESTA TROPICAL MONTANA NEBULAR NA SERRA DA MANTIQUEIRA, SUDESTE DO BRASIL

Ravi Fernandes Mariano
Carolina Njaime Mendes
Michel Biondi
Patrícia Vieira Pompeu
Aloysio Souza de Moura
Felipe Santana Machado
Rubens Manoel dos Santos
Marco Aurélio Leite Fontes

DOI 10.22533/at.ed.31619160420

CAPÍTULO 21 181

SISTEMAS AGROFLORESTAIS: AUMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS COMO ESTRATÉGIA PARA RESTAURAÇÃO DE PAISAGENS NO NOROESTE FLUMINENSE – RJ, BRASIL

Fernanda Tubenclak
Isabelle Soares Pepe
Eiser Luis da Costa Felipe
Ana Paula Pegorer Siqueira

DOI 10.22533/at.ed.31619160421

CAPÍTULO 22 190

SISTEMA AGROALIMENTAR AMAZONENSE: DESAFÍOS E POSSIBILIDADES

José Maurício Do Rego Feitoza
José Ofir Praia De Sousa
João Bosco André Gordiano
Ruby Vargas-Isla

DOI 10.22533/at.ed.31619160422

CAPÍTULO 23 199

O USO DE AGROTÓXICOS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES EM
COMUNIDADES RURAIS DE PAÇO DO LUMIAR – MA

Reinaldo Vinicius Morais Pereira
Georgiana Eurides de Carvalho Marques
Ellen Cristine Nogueira Nojosa
Lanna Karinny Silva

DOI 10.22533/at.ed.31619160423

CAPÍTULO 24 204

O USO DE MAPAS MENTAIS COMO METODOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO
DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E DA AUTONOMIA ECONÔMICA DE
MULHERES RURAIS

Sany Spínola Aleixo
Alexandra Filipak
Ana Maria Baccarin Xisto Paes

DOI 10.22533/at.ed.31619160424

CAPÍTULO 25 217

OCORRÊNCIA DE INSETOS NOCIVOS, INIMIGOS NATURAIS E AVALIAÇÃO DO
NÍVEL DE DOENÇAS EM SISTEMA ROÇA SEM QUEIMAR DE PRODUÇÃO DE
CACAU

Miguel Alves Júnior
Pedro Celestino Filho
Sebastião Geraldo Augusto

DOI 10.22533/at.ed.31619160425

CAPÍTULO 26 224

GERMINAÇÃO DE *Mimosa bimucronatha* (DC.) KUNTZE EM FUNÇÃO DO
BENEFICIAMENTO DAS SEMENTES

Thaís Alves de Oliveira
Thainá Alves dos Santos
Felipe Ferreira da Silva
Vivian Palheta da Rocha
Hercides Marques de França Junior
Iamara da Silva Andrade

DOI 10.22533/at.ed.31619160426

CAPÍTULO 27	230
FERRAMENTAS PARTICIPATIVAS PARA O MELHORAMENTO GENÉTICO DE PLANTAS	
Maria Aldete Justiniano da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.31619160427	
CAPÍTULO 28	248
EFEITO DE VARIAÇÕES TEMPORAIS E MICROCLIMÁTICAS DIÁRIAS SOBRE A RIQUEZA DE ESPÉCIES DE ZYGOPTERA (INSECTA: ODONATA) EM IGARAPÉS NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	
Tainã Silva da Rocha	
Everton Cruz da Silva	
Juliano de Sousa Ló	
Lenize Batista Calvão	
Wildes Cley da Silva Diniz	
José Max Barbosa de Oliveira Junior	
DOI 10.22533/at.ed.31619160428	
CAPÍTULO 29	261
EFEITO DA CONTRAÇÃO LANTANÍDICA NA ATIVIDADE CATALÍTICA DAS PEROVSKITAS $A_{(1-x)}CA_xMNO_3$ (A = LA, PR, GD)	
Anderson Costa Marques	
Cássia Carla de Carvalho	
Alexandre de Sousa Campos	
Felipe Olobardi Freire	
Filipe Martel de Magalhães Borges	
Juan Alberto Chaves Ruiz	
DOI 10.22533/at.ed.31619160429	
CAPÍTULO 30	272
EXPERIMENTAÇÕES INICIAIS COM A AGROHOMEOPATIA EM SERRINHA, TERRITÓRIO DO SISAL, BAHIA	
Erasto Viana Silva Gama	
Carla Teresa dos Santos Marques	
Karolina Batista Souza	
Ralph Wendel Oliveira de Araújo	
Mirian Evangelista de Lima	
Moisés Lima dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.31619160430	
CAPÍTULO 31	284
EXPERIMENTAL VARIABLES IN THE SYNTHESIS OF TiO_2 NANOPARTICLES AND ITS CATALYTIC ACTIVITY	
Thalles Moura Fé Marques	
Juliana Sousa Gonçalves	
Valdemir dos Santos	
Francisco Xavier Nobre	
Bartolomeu Cruz Viana Neto	
José Milton Elias de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.31619160431	
SOBRE O ORGANIZADORES	298

A HERANÇA PRESERVACIONISTA PRESENTE NAS LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL

Tarlile Barbosa Lima

Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Departamento de Análise Geoambiental, Niterói – RJ

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas, Departamento de Ciências Ambientais, Seropédica – RJ

Alexandre José Firme Vieira

Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Departamento de Análise Geoambiental, Niterói – RJ

RESUMO: Devido à sobreposição de legislações que visam a conservação da natureza, conflitos ambientais são inerentes à gestão de Unidades de Conservação, sobretudo nas categorizadas como Proteção Integral. A presente pesquisa teve como objetivo propor uma reflexão a respeito dos conflitos entre a Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas e o Parque Estadual Serra da Tiririca (PESET), situados em Niterói – RJ, a partir de entrevista semiestruturada com “informante único”, morador mais antigo da comunidade. Fundamentado no diálogo com a agroecologia no âmbito do manejo sustentável das práticas tradicionais, buscamos destacar o desamparo de algumas legislações ambientais em relação às comunidades tradicionais, contrariando políticas de legitimação de identidade de povos e até mesmo a Constituição

Federal de 1988. Fornecendo subsídio para diversas interpretações da relação homem-natureza nesse espaço de ancestralidade e conservação.

PALAVRAS-CHAVE: Unidade de Conservação de Proteção Integral; Conflitos socioambientais; Práticas Tradicionais.

ABSTRACT: Due to overlapping laws that aim at nature conservation, environmental conflicts are inherent to the management of Conservation Units, especially those categorized as Integral Protection. This research aimed to propose a reflection on the conflicts between the Traditional Community of the Andorinhas Hill and the Serra da Tiririca State Park (PESET), located in Niterói - RJ, from a semi - structured interview with a single informant, community. Based on the dialogue with agroecology in the field of sustainable management of traditional practices, we sought to highlight the abandonment of some environmental legislation in relation to traditional communities, contradicting policies to legitimize the identity of peoples and even the Federal Constitution of 1988. Providing subsidy for several interpretations of the man-nature relationship in this space of ancestry and conservation.

KEYWORDS: Integral Protection Conservation Unit; Socio-environmental conflicts; Traditional Practices.

1 | INTRODUÇÃO

A problemática da conservação da diversidade biológica se apresenta complexa na incorporação das diversas perspectivas ideais e reais que visam o manejo de áreas protegidas e a exploração de recursos naturais, sobretudo as questões ambientais que relacionam Comunidades Tradicionais e Unidades de Conservação.

Através do panorama histórico de criação das áreas de proteção da natureza é possível compreender a visão que sustenta o modelo de Unidades de Conservação Nacionais. De acordo com Arruda (1999), o modelo adotado deriva da concepção de áreas protegidas desenvolvido nos Estados Unidos no século XIX. No contexto de assegurar a “natureza intocada” (Diegues 1996), instalou-se a perspectiva preservacionista (a natureza deveria ser preservada integralmente, a “intocabilidade” determinaria a manutenção da biodiversidade) amplamente disseminada por todo o mundo. Nesse modelo, as áreas de proteção ambientais deveriam se encontrar isoladas da ação humana em verdadeiras ilhas de preservação, assim toda intervenção antropogênica era de caráter negativo e deletério à natureza. Contrapondo à essa visão cartesiana e ecologicamente insustentável, instala-se a perspectiva conservacionista baseada na sustentabilidade e conseqüentemente na “reintrodução” do homem como parte integrante nas interpretações da natureza nos modelos de proteção.

No Brasil, apesar da instauração de diferentes modalidades de áreas protegidas pelo SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, áreas de proteção integral (caráter preservacionista) e uso sustentável (caráter conservacionista), as comunidades tradicionais ainda são consideradas antagônicas à manutenção da biodiversidade, desconsiderando sua atuação no manejo ancestral dos solos.

Em ambas as realidades (preservacionista e conservacionista) o fato é o mesmo, áreas de proteção de diferentes modalidades são definidas pelo Estado, submetidas a um regime protecionista legal e aos seus respectivos planos de manejo. Comumente, as decisões relacionadas com as áreas protegidas são sigilosas até sua transformação em lei, dessa maneira evitando articulações de movimentos sociais que por ventura possam dificultar as atividades dos gestores de Unidades de Conservação (Arruda, 1999).

Além de desconsiderar a realidade vivenciada pelas comunidades tradicionais, as legislações ambientais brasileiras reconhecem sua existência, porém não fornecem amparo legal efetivo para as mesmas, entretanto o artigo 215 da Constituição Federal de 1988 determina que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais”, sendo reforçado pelo Decreto Federal n. 6040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

O presente trabalho teve como objetivo propor uma reflexão e evidenciar conflitos no Parque Estadual da Serra da Tiririca, localizado em Niterói – RJ, com um morador e membro da comunidade tradicional Sítio da Jaqueira do Morro das Andorinhas, o Seu Bichinho, ancião dessa comunidade tradicional datada em 200 anos de persistência e

existência.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa buscou analisar a situação vivenciada pela Comunidade Tradicional Sítio da Jaqueira do Morro das Andorinhas (com 200 anos de existência), localizada no interior do Parque Estadual da Serra da Tiririca (Unidade de Conservação de Proteção Integral pertencente ao INEA - Instituto Estadual do Ambiente) no município de Niterói, Rio de Janeiro (Figura 1), perante a vigência da Resolução INEA nº 134 de 2016, que define critérios e procedimentos para a implementação, manejo e exploração de sistemas agroflorestais e para a prática de pousio no estado de Rio de Janeiro. Além de realizar um levantamento normativo a respeito das Unidades de Conservação e proteção dos povos e comunidades tradicionais.



Figura 1. Área de estudo, Morro das Andorinhas, Niterói – RJ.

Na região próxima ao topo do morro reside uma comunidade de 37 pessoas, a Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas, remetida ao final do século XIX, onde realizavam atividades pesqueiras, atividades de subsistência no manejo solo (cultivo de ervas medicinais, café, mandioca, cana – de – açúcar, leguminosa e frutas) através de um sistema de plantio metodologicamente semelhante a um sistema agroflorestal.

Os dados foram coletados através de entrevista semiestruturada (Alencar & Gomes, 2001) com “informante único”, o próprio Seu Bichinho, de acordo com um pré-

campo com observação participativa não-plena. A entrevista foi realizada seguindo um roteiro de perguntas abertas que permitissem que o informante se expressasse da forma mais espontânea possível, pontuando questões as questões relevantes de sua realidade.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo a entrevista semi-estruturada, a comunidade tradicional do Morro das Andorinhas, registrada com 200 anos de existência, caracterizou-se por grande importância histórica à intensificação da ocupação da região de Itaipu, Niterói-RJ após a construção da ponte Rio – Niterói e à pesca artesanal. Além de práticas ancestrais próprias de cultivo de mandioca, milho, cana, ervas medicinais e diversos outros plantios, era realizado a criação de porcos, de onde eram aproveitados a carne e a gordura, e a utilização do escambo para obtenção de outros mantimentos. Essas características denotam a sustentabilidade ancestral do Morro das Andorinhas.

É sabido que as comunidades tradicionais apresentam amplo conhecimento do uso e manejo dos recursos naturais que são repassados de geração para geração por sistemas cognitivos complexos (Toledo, 2001). Geralmente, as práticas agrícolas não são padronizadas de acordo com os limites do plano de manejo das Unidades de Conservação e por isso são ocultadas e em alguns casos esquecidas, o que é o caso da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas.

Devido à sua localização no interior de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, seus sistemas de manejo da natureza e os hábitos característicos encontram-se estagnados e ameaçados, pois confrontam o Plano de Manejo do Parque Estadual Serra da Tiririca, que proíbe o cultivo de espécies exóticas e prática de pousio no interior do mesmo.

Sendo assim, a ação de um instrumento legal que tem por objetivo salvaguardar as práticas tradicionais é colocado em prática, o Termo de Compromisso, que segundo a Instrução Normativa INEA n. 26/2014 é definido como:

Instrumento provisório de mediação de conflitos celebrado entre o órgão ambiental competente e o líder da comunidade tradicional, visando garantir a conservação da biodiversidade e as características socioeconômicas e culturais dos grupos sociais envolvidos, compatibilizando e conferindo certa legalidade para as práticas tradicionais.

Contudo, esse documento firmado entre a Comunidade Tradicional e o INEA não cumpre sua função original, no momento em que não assegura as práticas tradicionais da comunidade. Ele apenas contempla a permanência dos mesmos em área de proteção integral e os reconhecem como Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas.

Desamparados pelo Plano de Manejo, bem como pelo Termo de Compromisso, a

esperança da garantia da etnoconservação de suas práticas tradicionais da comunidade estaria na resolução nº 0134, de 14 de janeiro de 2016, do INEA – Instituto Estadual do Ambiente (Governo do Estado do Rio de Janeiro) que define critérios e procedimentos para a implementação, manejo e exploração de sistemas agroflorestais e para a prática de pousio no estado de Rio de Janeiro. Considerando que grande maioria das comunidades tradicionais se encontram instaladas dentro ou na área de entorno de Unidades de Conservação, parece um tanto razoável que a referida resolução reflita as questões ambientais vivenciadas pela comunidade. Porém, a referida resolução regulamenta sistemas Agroflorestais em Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, mas em nenhum momento menciona a situação das comunidades tradicionais e suas práticas, que de acordo com diversos casos podem ser classificadas como sistemas agroecológicos.

Nesse cenário de desamparo das comunidades tradicionais perante às legislações ambientais cabe evocar alguns instrumentos também legais de relevante importância para as comunidades tradicionais, como o Decreto Federal n. 6040/2007 que promulga a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que no seu artigo 2º, institui:

A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

O artigo 215 da Constituição Federal de 1988, que determina que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais”, além do artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela resolução 217A/1948:

Artigo 25.1: Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

É evidente a existência de uma lacuna, um abismo entre o ideal e o real, sendo necessário que haja um diálogo de saberes entre “povos” e “parques” para que as unidades de conservação brasileiras não sejam caracterizadas como “parques de papel” (Britto, 1998) ou “ficções jurídicas” (Morsello, 1999). Se o objetivo legal é conservar a natureza, ele deve ser realizado da maneira mais ampla possível, devido à complexidade das relações ecológicas das mais variadas espécies. Aqui cabe ressaltar um ponto relevante, a identidade do *Homo sapiens sapiens* como uma das espécies-chave integrante desse sistema complexo de interações biológicas, conseqüentemente a restrição de práticas tradicionais, bem como a retirada de comunidades tradicionais de unidades de conservação acarretam em perda significativa da diversidade biológica

(Diegues, 1996).

4 | CONCLUSÃO

De uma forma geral, as legislações se sobrepõem e encontram-se ainda fundamentadas na perspectiva do preservacionismo norte americano do século XIX. Sendo assim, tais instrumentos legais acabam por não contemplar sua função fundamental de mediação da relação homem – natureza.

O conflito referente manutenção da atividade de subsistência e manejo do solo em contraponto a preservação da Unidade de Proteção Integral pode ser considerado uma barreira legal entre o modo de vida tradicional e a existência desta Unidade, sendo deletéria para ambos, não assegurando a etnoconservação, tampouco a conservação da diversidade biológica.

5 | AGRADECIMENTOS

Ao Núcleo Pacha Mama - UFF (Grupo de Estudos Transdisciplinares de Ciências Ambientais, Agroecologia, Pesquisa-Ação e Extensão-Comunicação que desenvolve pesquisas relacionadas com a religação dos saberes e agricultura ancestral), bem como aos seus membros: Elena Brito, Felipe Barbosa Carvalho, Mariana Amorim e Samira Mansur, e à Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas, especialmente ao “Seu Bichinho”.

REFERÊNCIAS

Alencar, E. & Gomes, M. A. O. (2001) **Ecoturismo e planejamento social**. Lavras: UFLA/FAEPE, 103 p.

Arruda, R. S. V. (1997) **Populações Tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação**. In: Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 1997. Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Vol. 1 Conferências e Palestras. Curitiba, Brasil. Curitiba, Paraná. v. I. p. 262-276.

Brito, M. C. W. (1998) **Unidades de conservação: intenções e resultados**. In: Ciência Ambiental — Primeiros Mestrados. In: José Eli da Veiga(Org.). Programa de Pós Graduação da USP. São Paulo. p: 209-228.

Constituição Federal da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acessado em 12/02/18.

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) Assembléia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm acessado em 12/02/18.

Decreto nº 6040 (2007) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm acessado em 12/02/18.

Diegues, A. C. (1996) **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/USP, 169 p.

Morsello, C. (1999) **Unidades de Conservação Públicas e Privadas: Seleção e Manejo no Brasil e Pantanal Mato-Grossense**. In: *Ciência Ambiental — Os Desafios da Interdisciplinaridade*. Pedro Roberto Jacobi (Org.) Programa de Pós-Graduação da USP. São Paulo: Annablume. p. 333-358.

Pinto, A. C. T. (2010) **Legislação de Direito Ambiental**/Obra coletiva da Editora Saraiva, com a colaboração de Marcia Cristina Vaz dos Santos e Livia Cespedes. – 4ed. – São Paulo: Saraiva.

Resolução INEA nº 134 (2016) Instituto Estadual do Ambiente Critérios e procedimentos para a implantação, manejo e exploração de sistemas agroflorestais para a prática do pousio no estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mde2/~edisp/inea0016263.pdf> , acessado em: 12/06/18.

Toledo, V. M. (2001) **Indigenous people and Biodiversity**. Encyclopedia of Biodiversity, v. 3. Academic Press, p. 451-463.

SOBRE O ORGANIZADORES

TAYRONNE DE ALMEIDA RODRIGUES: Filósofo e Pedagogo, especialista em Docência do Ensino Superior e Graduando em Arquitetura e Urbanismo, pela Faculdade de Juazeiro do Norte-FJN, desenvolve pesquisas na área das ciências ambientais, com ênfase na ética e educação ambiental. É defensor do desenvolvimento sustentável, com relevantes conhecimentos no processo de ensino-aprendizagem. Membro efetivo do GRUNEC - Grupo de Valorização Negra do Cariri. E-mail: tayronnealmeid@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9378-1456>

JOÃO LEANDRO NETO: Filósofo, especialista em Docência do Ensino Superior e Gestão Escolar, membro efetivo do GRUNEC. Publica trabalhos em eventos científicos com temas relacionados a pesquisa na construção de uma educação valorizada e coletiva. Dedicar-se a pesquisar sobre métodos e comodidades de relação investigativa entre a educação e o processo do aluno investigador na Filosofia, trazendo discussões neste campo. Também é pesquisador da arte italiana, com ligação na Scuola de Lingua e Cultura – Itália. Amante da poesia nordestina com direcionamento as condições históricas do resgate e do fortalecimento da cultura do Cariri. E-mail: joaoleandro@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1738-1164>

DENNYURA OLIVEIRA GALVÃO: Possui graduação em Nutrição pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e doutorado em Ciências Biológicas (Bioquímica Toxicológica) pela Universidade Federal de Santa Maria (2016). Atualmente é professora titular da Universidade Regional do Cariri. E-mail: dennyura@bol.com.br LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4808691086584861>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-331-6

